

NAVEGAR NAS ÁGUAS DA SOCIOEDUCAÇÃO: UM APROFUNDAMENTO SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADES E MASCULINIDADES

Sandra Regina Oliveira Faustino¹

Resumo: O artigo examinou a relação entre educação em sexualidades, gênero e a construção/desconstrução social do estereótipo masculino em duas unidades socioeducativas do DEGASE de privação de liberdade no Rio de Janeiro/RJ. Tem sua importância na contribuição para os estudos de gênero e melhoria do diálogo acadêmico com os socioeducadores e socioeducandos sobre gênero, sexualidades e masculinidades. Foram úteis bibliografias, questionários, entrevistas e observações. A investigação apontou para o silenciamento dos temas, preconceito contra a comunidade LGBT, práticas sexistas e homo/transfóbicas, machismo e violência física, verbal e simbólica. É imprescindível o diálogo e práticas pedagógicas para desconstruir a visão naturalizada do masculino e melhorar as condições de igualdade nas relações humanas.

Palavras-chave: Socioeducação; Gênero; Sexualidades; Masculinidades.

BROWSE IN THE WATERS OF SOCIOEDUCATION: A DEVELOPMENT ON GENDER, SEXUALITIES AND MALE

Abstract: The article examined the relationship between education in sexuality and gender and the social construction / deconstruction of the male stereotype in two socio - educational units of DEGASE, deprivation of liberty, in Rio de Janeiro / RJ. It has its importance in contributing to gender studies and improving academic dialogue with socio-educators and socio-educators on gender, sexuality and masculinity. Bibliographies, questionnaires, interviews and observations were useful. The investigation pointed to the silencing of the themes, prejudice to the LGBT community, sexist and homo / transphobic practices, machismo and physical, verbal and symbolic violence. It is essential the dialogue and pedagogical practices to deconstruct the natural view of the masculine and to improve the conditions of equality in human relations.

Keywords: Socioeducation, gender, sexualities, masculinities.

Iniciando a navegação

Este artigo se materializa como uma das ramificações da pesquisa de pós-doutorado do Professor Dr. Jonas da Silva Jr. Sua importância está na contribuição para com os estudos de gênero e na melhoria do diálogo acadêmico entre socioeducadores e socioeducandos sobre gênero, sexualidades e masculinidades. As vivências vindas das visitas a duas unidades socioeducativas masculinas de privação de liberdade, do novo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), ecoaram e se desdobraram neste texto que se justifica,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestre em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Especialista em Sexualidade Humana pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), docente do Município de Duque de Caxias e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (LEGESEX - UFRRJ/CNPq). E-mail: sanre60@hotmail.com

fundamentalmente, na compreensão da investigação sobre os temas mencionados e sua respectiva influência na construção de subjetividades. Para realizar tal intenção foi criada uma rede de conexão entre os conceitos sobre gênero, sexualidades e masculinidades amparada em bibliografias para posteriormente refletir a respeito desses conceitos nas práticas cotidianas das duas unidades. Foi necessário refletir sobre as implicações dos discursos das políticas públicas acerca da educação sexual como um discurso contemporâneo que está sendo indicado para a socioeducação, principalmente, através das normativas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), buscando entender suas implicações na construção das subjetividades dos adolescentes.

Notadamente, as décadas de 1960 e 1970 são basilares nas expressivas mudanças socioculturais e históricas referentes às relações de gênero e sexualidades emergidos das lutas vindas dos movimentos Feminista, Gay e Lésbico, e que traziam nas suas propostas a defesa pública e incisiva sobre suas reivindicações. Posteriormente, na década de 1980, com o surgimento da *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS) as exigências se intensificaram. Diante dessa realidade, as reivindicações das identidades sexuais e de gênero tiveram desdobramentos na esfera social e política (através das ONGs, da militância político-partidária, das políticas públicas) e, na acadêmica, com o desenvolvimento de estudos e debates nas várias áreas do conhecimento. Essas áreas são concordantes em enfatizar que as sexualidades, as masculinidades e as relações de gênero são fenômenos “construídos” e refletem que o debate deve ser ampliado para outras esferas, como o corpo, as identidades etc.

Vale mencionar que a legitimação da existência da diversidade sexual humana é sumariamente rejeitada em diferentes âmbitos sociais. Esta afirmativa acarreta inúmeras discriminações que incidem na marginalização das pessoas que não se encaixam nos protótipos heterossexistas valorizados socialmente. Assim, este texto teve dois objetivos norteadores: o primeiro foi o de examinar a relação entre educação, sexualidades, gênero e a construção e desconstrução social do estereótipo masculino em duas unidades socioeducativas do Novo DEGASE, no município do Rio de Janeiro/RJ; em segundo lugar almejei um maior aprofundamento teórico, metodológico e interpretativo sobre o gênero, sexualidades e masculinidades.

Consideramos a escrita deste artigo como uma viagem de barco na companhia de alguns estudiosos (ALVES, 2016; BENELLI, 2002; BOURDIER, 1997; BUTLER, 2017; FOUCALT, 2009; KIMMEL, 1998; LOURO, 1997, 2001; PAIS, 1990; SILVA JR., 2010; SPINK, 2003; SOARES, 2003; VAINFAS, 1992; WACQUANT, 2003; WELZER-LAN, 2001 e outros) que após

o levantar da âncora, a navegação fluiu por águas profundas, de controle, turvas, agitadas e dialogantes durante a sua elaboração. Sem mais delongas, zarpando...

Águas profundas para reflexões: um passado que não passou

Inicialmente, os internatos foram criados para confinar leprosos e, posteriormente, utilizados como espaço de exclusão social e de educação moral dos pobres, dos vagabundos, dos presidiários e dos loucos (FOUCAULT, 2009). Outrossim, abarcava o termo de seminário, para a educação dos filhos dos ricos, e também de internato para a correção dos desvalidos da sorte; leia-se: pobres ou excluídos. Na atualidade, os internatos socioeducacionais são úteis para implementar uma proposta pedagógica com o intuito de se constituir em ação formadora dos adolescentes em conflito com a lei que se encontram submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas. Com o propósito de preparar para a vida social e profissional e para o exercício da cidadania, reintegrando-os. (BRASIL, 2012).

É esclarecedor dizer que esses adolescentes são originários de comunidades ou localidades pobres, nichos criados a partir do constructo social brasileiro de exclusão que apresenta desigualdades sociais gritantes entre a população do País. Neste contexto, a oferta de políticas sociais é cada vez mais ínfima e pode garantir uma maior funcionalidade a partir da manutenção da pobreza, exclusão social e gestão penal da miséria (WACQUANT, 2003). Portanto, a pobreza no País é de natureza política, que faz do pobre alvo de mera assistência e as consequências são ainda mais funestas no que tange à gestão da punição da miséria gerando um processo que Wacquant (2003) conceituou de “criminalização da pobreza”. Todo este escopo canaliza um número significativo de adolescentes para as unidades de internação do sistema socioeducativo, enclausurando-os.

Haja vista que os locais de enclausuramento (internatos, presídios, manicômios, seminários, mosteiros, hospitais e outros) são considerados como instituições totais, onde os indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um determinado período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (BENELLI, 2002). Segundo Benelli (2002), estas instituições têm o controle total do olhar, dos corpos, da informação, do manejo e da administração do tempo, do dinheiro, do trabalho, do sexo, da liberdade, da autonomia e do poder político dos sujeitos. O internato, como uma instituição total, “despoja o indivíduo de sua autonomia, responsabilidade, capacidade de reflexão crítica, procurando transformá-lo em massa dócil, modelável, obediente e submissa” (BENELLI, 2002, p. 165). Os adolescentes, ao adentrarem nas unidades socioeducativas, estão sob a custódia do Estado, têm as diferentes dimensões da vida gerenciada e protegida, suas ações sofrem controle total, recebem

um número, têm a cabeça raspada, usam uniformes, andam enfileirados dentre outras práticas. Goffman (1987) diz que nas instituições totais os indivíduos são coisificados. Desse modo, os torna subalternizados sob a égide do medo e do controle.

Estas instituições de internato orbitam em torno da assistência, regeneração, cuidado com a saúde, educação e do ensino profissional. Tem por definição como sendo um local que concentra moradia, lazer, e a realização de algum tipo de atividade formativa, educativa, correcional ou terapêutica, onde um grupo relativamente numeroso de internado está submetido a uma pequena equipe dirigente que gerencia o cotidiano institucional (SOARES, 2003). No tocante ao Novo DEGASE, as instituições a ele pertencentes enclausuram adolescentes com dois fins: o educacional, Ensino Fundamental, Médio e Profissional; e o correcional, via disciplina. A submissão ao regime de vigilância e disciplina se dá em modelos de espaços que possibilitam o vigiar dos indivíduos para controlá-los e discipliná-los (FOUCAULT, 2009).

Desse modo, os locais arquitetônicos são construídos por determinados modelos espaciais que permitem observar, vigiar e disciplinar. Nesta vertente, Foucault (2009) apresenta a ideia do *panóptico*, em que a relação do poder se impõe através de tecnologias que promovem a sujeição constante do indivíduo e forjam sua subjetivação e seus corpos – machos, héteros e úteis. Nessa lógica, o corpo homossexual ou transexual não pode ser encenado. A solução e o discurso proferido é o da proteção, essa que se traduz no isolamento e invisibilidade. Nos ditames da cadeia este corpo é um abjeto repudiado, culturalmente inteligível e parece não haver lugar para o homem que foge do imperativo heterossexual, da imagem ou da marca do macho (BUTLER, 2017).

Cabe dizer que a sexualidade não se restringe à genitália e à procriação pois abarca também o prazer, a subjetividade e a intersubjetividade, que envolve crenças, ideologias e imaginações (WEEKS apud LOURO, 2001). Desse modo, o termo sexualidade, como construção social e cultural, sofre atravessamentos vindos das relações de gênero, ao ditar como homens e mulheres devem viver sua experiência sexual. Já o conceito de gênero cristaliza o entendimento sobre a relação social de poder entre o masculino e o feminino, gerando papéis sociais diferenciados e desigualdades entre homens e mulheres com base nas diferenças anatômicas dos corpos (SILVA JR., 2010). Louro (1997) analisa as identidades de gêneros e sexuais a partir das diferentes formas que elas são construídas, seja com parceiro/as do mesmo sexo, com parceiros do sexo oposto ou de ambos os sexos. Nas diversas vivências existentes os sujeitos se reconhecem, social e historicamente, como masculinos e femininos, estabelecendo, desse modo, as identidades de gênero.

Vale ressaltar que as lutas das feministas e dos movimentos sociais, que reuniram (e reúnem) mulheres, pessoas negras e LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)

contra as desigualdades (o sexismo, o racismo, a homofobia, entre outras) deram origem e contribuíram com o recente debate do pensamento contemporâneo sobre as diferentes masculinidades. O estudioso Michael Kimmel (1998) realizou um mapeamento das diversas masculinidades hegemônicas construídas no decorrer da história dos Estados Unidos; ele concluiu que a hegemonia masculina tem por base um modelo de oposição, na negação da feminilidade e, principalmente, na subalternização das masculinidades concorrentes.

Para aclarar o entendimento, as masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de poder; de um lado, nas relações entre homens e mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações entre homens com outros homens baseados nas desigualdades (raça, etnia, economia, política, sexualidade, idade, etc.) que fomentam privilégios. Assim, a reflexão sobre masculinidades não se traduz em uma essência constante e universal, mas sim em uma gama de possibilidades que formam um conjunto de significados e comportamentos fluídos e em permanente mudança (KIMMEL, 1998).

Pierre Bourdieu (1997) esclarece que o privilégio masculino é pautado nas relações de gênero, não ocorrem apenas em relações às forças físicas, mas também às forças simbólicas. Este sociólogo formulou a tese da “dominação masculina” para explicar que dentro do processo histórico humano se instituiu e se reproduziu determinadas relações de violência simbólica que são compartilhadas de forma consciente ou inconscientemente entre dominantes e dominados.

Por conta de tais adversidades e incoerências, gênero, sexualidades e masculinidades, na atualidade, adquirem cada vez mais relevância dentro e fora dos muros institucionais. Todavia, o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente são sujeitos de direitos. O que implica na garantia do direito ao respeito, como inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral desses sujeitos, e preservação da imagem, identidade, da autonomia, da privacidade, do sigilo, dos valores, das ideias e crenças, da opinião e expressão, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990). No entanto, os direitos sexuais e reprodutivos são assegurados apenas na assistência à saúde (estrupe, violências e doenças sexuais, etc.) não ampliando para o direito a diversidade de gênero e sexual dos adolescentes.

Estas reflexões postas foram basilares para compreender que o passado não passou e são imprescindíveis para navegar nas águas profundas dos constructos históricos, sociais e culturais sobre gênero, sexualidades e masculinidades. E, ainda, para contribuir com a trajetória dos adolescentes das unidades socioeducativas.

Águas de controle: o cais, Novo DEGASE

O novo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo DEGASE) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), que tem a responsabilidade de promover a socioeducação no estado do Rio de Janeiro, visando a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária. Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26 de janeiro de 1993, o Novo DEGASE é um órgão do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei.

As unidades do Novo DEGASE são reguladas pelo prescrito na Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este instrumento normativo é um “[...] conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2012). Nesse sentido, podemos compreender que a sua principal função seja regulamentar “a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional” (BRASIL, 2012), enfatizando a utilização de medidas de caráter pedagógico ao invés do caráter punitivo, medidas socioeducativas na recuperação desse grupo socialmente vulnerável.

Vale esclarecer que o ECA considera criança a pessoa com até os 12 anos incompletos e define adolescentes aqueles com a faixa etária compreendida entre a idade de 12 a 18 anos; a partir dos 18 anos o adolescente atinge a maioridade penal, estando resignado à responsabilidade penal. No entanto, crianças e adolescentes são penalmente inimputáveis, uma vez que o exercício de atos infracionais auferem uma abordagem legal distinta dos réus imputáveis (BRASIL, 1990).

O novo DEGASE é o principal local do porto, o cais, em suas estruturas aporta adolescentes oriundos de diversas regiões administrativas do estado do Rio de Janeiro. Ao atracarmos em águas de controle social, que evitam “transbordamentos” através da internação, não economizamos esforços para contribuir e ampliar o debate e as ações.

Águas Turvas: o porto, unidade A e unidade B

Para atender as normativas éticas, neste artigo, as instituições são denominadas de unidade A e B, garantindo desse modo o anonimato das mesmas. A unidade A é de internação provisória, os adolescentes encaminhados para a instituição aguardam, após serem apreendidos praticando ato infracional por no máximo até 45 dias, audiência nas Varas de Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro (VIJRJ). O juiz responsável pela vara determinará a aplicação da medida socioeducativa, sendo a internação a mais rígida, pois priva o adolescente da liberdade por um

tempo que pode variar entre 6 (seis) meses até 3 (três) anos (BRASIL, 1990). Já a unidade B acolhe adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, por uma periodização determinada pelo juiz da VIJRJ.

Nos portos das unidades A e B desembarcam adolescentes pobres provenientes da capital, do interior e da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Suas histórias prévias são permeadas por violência, perdas afetivas muito precoces, abandono, abuso de drogas e cooptação por sujeitos criminosos. Esta conjuntura social, conforme pesquisa de Alves (2016), contribui com o não acesso ou entrada destes adolescentes na educação formal com o registro de alto índice de analfabetos, de bolsões de extrema pobreza e frequentes histórias de insucesso na escola que acarretam evasão, abandono e baixa aprendizagem escolar. Este conjunto de circunstância favorece a exclusão desses sujeitos e os coloca em perigo eminente.

De acordo com os estudos de PAIS (1990), o fenômeno da exclusão social dos jovens a partir de seus traços de vida favorece a compreensão de seus eventuais riscos (jovens com gravidez indesejada, jovens consumidores e “trabalhadores” no mercado das drogas ilícitas, jovens negros cuja negritude pode refletir em diversas modalidades de desintegração social, etc.). Fica claro que a exclusão social destes sujeitos os tornam marginalizados pela sociedade e impedidos de exercerem livremente seus direitos de cidadãos. Os excluídos são minorias étnicas, culturais e religiosas: negros, índios, toxicodependentes, desempregados, pessoas deficientes, idosos, LGBT, pobres e outros. A exclusão social gera preconceitos, desigualdades e intolerância que afetam a vida desta parcela da sociedade.

Aqui, neste artigo, os portos das unidades A e B são banhados por águas turvas em que se abriga não só adolescentes, mas subjetividades, corpos, sonhos, preconceitos, esperanças, medos, violências, etc. Nestes ambientes podem ser intensificadas as intolerâncias quando articuladas à orientação sexual e à identidade de gênero, devido às práticas discursivas referendadas pela cultura heterossexual e machista que serão vistas no texto posteriormente.

Metodologia: o leme para navegar

Para realizar nosso intento, nos lançamos como pescadores com as redes e anzóis – as técnicas úteis à direção/leme da investigação. Sabe-se que os avanços tecnológicos e científicos são visíveis na atualidade, entretanto, no que se refere a concepções e pré-conceitos, há avanços e retrocessos quanto aos assuntos de gênero, sexualidades e masculinidades. Em face deste fato, o estudo de campo, de caráter exploratório-descritivo foi útil para alcançarmos o nosso objetivo. Em conformidade com as orientações de Gil (2008), as investigações dessa natureza têm como principal finalidade a descrição das características de uma dada comunidade ou fenômeno. Uma

das principais singularidades deste tipo de investigação está no emprego de métodos padronizados de coleta de dados que, no caso específico desta pesquisa, foi um questionário com perguntas abertas e fechadas. Além da entrevista focalizada, segundo Gil (2008, p. 112), esta técnica tem por objetivo “explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. O entrevistador confere ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto”, quando há o desvio do tema força sua retomada.

Assim, elegemos para este trabalho a abordagem qualitativa, a qual é analisada por Fazenda (2010) como a compreensão dos sujeitos na sua realidade, ou melhor, a descrição e entendimento destes sobre a sua experiência. De acordo com a autora, a pesquisa qualitativa, empregada na pesquisa em educação, possui o ambiente natural como geradora direta de dados, e do pesquisador como seu indissociável instrumento. A pesquisa utilizou concomitantemente entrevistas e aplicação de questionários distintos para socioeducadores, contendo 26 (vinte e seis) questões; e socioeducandos, contendo 22 (vinte e duas) questões com perguntas abertas e fechadas, com o intuito de analisarmos a respeito de gênero, sexualidades, masculinidades, práticas sexistas e homotransfóbicas no cotidiano das unidades do Novo DEGASE, buscando entender suas implicações na construção das subjetividades dos adolescentes. Escolheu-se o questionário como instrumento de pesquisa, por se tratar de tema ainda considerado tabu e de difícil diálogo, e também por garantir o anonimato aos sujeitos participantes. Desse modo, todos ficariam mais à vontade e seguros para narrarem, por meio da escrita, o que lhes conviesse.

E, por fim, respaldamo-nos em Spink (2003) que esclarece sobre o conceito de “campo-tema”, o qual deve ser entendido a partir da nossa vinculação com a temática estudada a partir do campo da pesquisa a que diversos agenciamentos do tema invoca e nos afeta, como: matérias da imprensa, informações veiculadas pelos meios de comunicação, mídias sociais, filmes, documentários, músicas, programas de televisão, autobiografia de ex-internos, blogs e sites, charges, livros, artigos, dissertações e teses sondadas, conversas, conversas sobre estas conversas, além das anotações e sensações registradas em diário de campo.

Vale destacar que nas entrevistas com os adolescentes foi utilizada a técnica de grupo focal; primeiro foi exibido um fragmento do filme brasileiro “Pixote, a Lei do Mais Fraco”, de 1980. Em seguida, foram apresentadas algumas imagens da novela de TV, a saber: uma personagem antes e depois da sua transexualidade; um motorista particular e seus shows como travesti e mulheres com as cabeças raspadas por seus namorados/traficantes dentre outras que destacavam os temas.

Todas as atividades e observações foram registradas no caderno de campo com avaliação permanente. Posteriormente, foi feita a tabulação e sistematização dos dados, o que possibilitou

traçar o perfil do público por meio da quantificação do número de participantes, faixa etária, sexo, religião, escolaridade e posicionamentos diante das questões formuladas.

Águas agitadas nos resultados e discussões

As visitas às duas unidades, A e B, permitiram efetivar o navegar metodológico, explorar os espaços da infraestrutura física, observar os fazeres do cotidiano, interagir com os sujeitos-alvo da pesquisa e conhecer os ditos e os não ditos sobre gênero, sexualidades e masculinidades vinda dos socioeducandos e socioeducadores. Durante o percurso pelos espaços das unidades, era rotineiro visualizar grupos de adolescentes sentados no chão ou enfileirados com suas cabeças abaixadas e mãos para trás, controlados por agentes sem o uso de armas ou cassetetes. Foucault (2009) diz que o poder disciplinar tem a função de controle das relações estabelecidas, apontando elementos que revelam manipulações conscientes em favor de uma vontade dominante, tendo como função maior o adestramento, seja do corpo e/ou da mente. Esta manipulação fabrica indivíduos dóceis construindo mentes e corpos controláveis, possível pela internação em local de enclausuramento.

Como procedimento inicial de internação/enclausuramento, as unidades pesquisadas têm como procedimento de rotina realizar a triagem/entrevista com os adolescentes e, posteriormente, alojá-los em prédios (Protetora, Capital e Comarca) de acordo com as facções que pertencem ou do ato infracional cometido ou, ainda, por sua orientação sexual.

Quadro 1 – Aproximações e distanciamentos entre as Unidades A e B.

UNIDADE A – Provisória	UNIDADE B – Cumprimento de Medida
Infratores – sexo masculino	Infratores – sexo masculino
Idade – 12 anos até 17 anos e 11 meses	Idade – 12 anos até 16 anos ²
Período – até 45 dias	Período – 6 meses até 3 anos
Capacidade: 203	Capacidade – 114
Acolhe: 243	Acolhe – 243
Escola: 210 (105 por turno)	Escola – 132 (66 por turno)
Prédio/alojamento Protetora/Seguro – 31	Prédio/alojamento Protetora/Seguro – 52
Prédio/alojamento Capital ³ – 69	Prédio/alojamento Capital – 72
Prédio/alojamento Comarca ⁴ – 143	Prédio/alojamento Comarca – 119
Oficinas Profissionalizantes – Centro Vocacional Tecnológico (CVT)/FAETEC ⁵	Cursos Profissionalizantes via Programa Jovem Aprendiz (PJA)

Fonte: Dados da pesquisa.

² Os adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos são encaminhados para a unidade de Bangu.

³ Acolhe adolescentes da capital do estado Rio de Janeiro.

⁴ Acolhe adolescentes de diferentes divisões administrativas do estado do Rio de Janeiro.

⁵ Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

De acordo com o quadro 1, e os respectivos quantitativos apresentados, podemos perceber que: as unidades A e B se aproximam no acolhimento (adolescentes do sexo masculino); na faixa etária inicial (12 anos); na oferta de escolas em ambas; iguais nomenclaturas para os prédios; e no quantitativo de acolhimento (243 adolescentes). Em relação aos distanciamentos: ambas as unidades se diferenciam nas suas essências institucionais devido à unidade A ser provisória e a unidade B ser de cumprimento de medida socioeducativa; na periodicidade da internação (A até 45 dias e B de 6 meses até 3 anos); na faixa etária máxima (A até 17 anos e 11 meses e B até 16 anos); na capacidade de acolhimento (A lotação de 203 e B lotação de 114 adolescentes); no número de matrículas ofertadas pelas escolas (A oferece 210 e B oferece 132 vagas); nas diferentes ofertas de educação profissional (A oferece oficinas profissionalizantes e B cursos profissionalizantes); e nos diferentes quantitativos de adolescentes por alojamento.

É notável a superlotação expressa na capacidade de alojar os adolescentes em detrimento do número de acolhimento nas duas unidades. Outro destaque que merece atenção são as matrículas das escolas, ao relativizar o atendimento na escola (A oferta 210 vagas e B 132) com a superlotação (A e B acolhem 243 adolescentes) se evidencia a exclusão educacional nas duas unidades, ou seja, para muitos adolescentes é negado o direito à educação, previsto na Carta Magna de 1988. Esse direito negado fere diretamente o artigo 206 ao que se refere à forma como será ministrado o ensino, onde se elege a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como primeiro princípio a ser efetivado (BRASIL, 1988). Mesmo diante da oferta de matrículas nas escolas nas unidades A e B, há violação do direito, este que se concretiza no não-atendimento a todos os adolescentes acolhidos em ambas às unidades. Em suma, a exclusão do direito à educação priva um número significativo de adolescentes da educação formal.

No entanto, há uma preocupação com a qualificação para o trabalho vista na existência das ofertas de cursos e oficinas profissionalizantes nas duas unidades. As profissões elegidas para o aprendiz são de carpinteiro, pedreiro, ladrilheiro, bombeiro hidráulico e outras. Todavia, o oferecimento da aprendizagem destes ofícios é uma preparação direta para o exercício do trabalho manual com base no aprendizado instrumental. Esta característica guarda uma estreita relação entre educação e trabalho na égide do corretivo social, o trabalho na perspectiva da formação de caráter (KUENZER, 1999).

Remontando a história da educação brasileira, desde seus primórdios, ela remete à ênfase do ensino profissionalizante através do trabalho manual, como aquele dirigido às classes menos favorecidas, e o propedêutico voltado para as elites herdeiras dos postos de comando. Este dualismo no ensino subsidia a base excludente da educação brasileira que se apresenta como uma realidade perversa e orquestrada desde o período do Brasil colonial (SOARES, 2003). Essa visão,

infelizmente, ainda se reproduz nas atuais escolas, trata-se de corromper o verdadeiro papel da escola na transformação da realidade social; mentalidade vinda de um passado que não passou.

Retomando o quadro 1 em relação ao prédio Protetora, mais conhecido como “Seguro”, esta construção é compartilhada por adolescentes de baixa idade ou “de primeira vez” por aqueles que tenham cometido atos infracionais graves (estupro, assassinato de policiais, etc.) ou infrações repudiadas pelas facções criminosas (assalto a ônibus, roubo a idosos, etc.) e adolescentes que se declaram ser homossexuais, travestis ou transexuais. A permanência destes adolescentes é silenciada e o destino destes corpos é a segregação.

Desde o *apartheid* emerge algumas questões: quais são os parâmetros de alojar adolescentes de identidades homossexuais, travestis ou transexuais junto com os adolescentes que cometeram assassinatos ou estupros? Qual é a garantia de convívio protetivo a estes adolescentes? Vale lembrar o prescrito no ECA onde se estabelece que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos. O que implica na garantia do direito ao respeito, como a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral desses sujeitos, e a preservação da imagem, identidade, da autonomia, da privacidade, do sigilo, dos valores, das ideias e das crenças, da opinião e expressão, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990). O modelo de isolamento do novo DEGASE garante a integridade física, psíquica e moral, bem como a identidade dos adolescentes do prédio Protetora?

Para refletir sobre as questões aqui apresentadas, dados da pesquisa apontaram que a dita “proteção” não garante segurança aos adolescentes. Constatação vinda dos relatos de socioeducadores que destacaram a existência de repetidos registros de ocorrências coercitivas que se materializam em ações violentas, físicas ou psíquicas entre os próprios pares que vão desde ameaça, intimidação e agressão. Os estudos de Louro (1997, 2001) e Welzer-Lang (2001) apontam que muitos desses atos revelam intolerâncias por estarem passíveis ao binarismo sexual (masculino/feminino, hetero/homossexualidade, macho/fêmea, opressor/oprimido, agressor/vítima), do sexismo, da misoginia, da busca de uma pretensa virilidade e suas consequências, entre elas, a bi/lesbo/homo/transfobia.

Ao se perguntar a respeito da existência de homossexual nas unidades, os participantes veementemente responderam que não existiam homossexuais naquelas unidades. Os socioeducandos acrescentaram que se houvesse “não tiraria cadeia com viado”; esta expressão demonstra que o sistema socioeducativo opera na reprodução da naturalização de códigos negativos e excludentes da heteronormatividade, compreendendo e aceitando apenas a heterossexualidade como forma única e hegemônica de se vivenciar e legitimar as sexualidades. É recorrente entre os adolescentes a expressão “odeio viado” ou “isso é falta de vergonha na cara”, estas expressões reforçam a exclusão dos corpos considerados desviantes, marginalizados,

apagados, estranhos, demonizados e inferiorizados, uma vez que perdem inclusive seus direitos sociais, pois nem mesmo a alimentação destes adolescentes acontece junto com os demais. Aqueles que escapam às normas de gênero e sexualidade, imbricadas na produção de verdades absolutas da sociedade, são invisibilizados na socioeducação.

Na continuidade da navegação, as águas agitadas invadiram as unidades A e B e se expandiram em códigos, sensações, censuras e violações expressas nos olhares, fazeres, ditos e não-ditos dos sujeitos participantes da pesquisa, socioeducadores e socioeducandos. Veja no quadro a seguir alguns códigos linguísticos das unidades socioeducativas:

Quadro 2 – Termos peculiares e seus significados nas Unidades A e B.

SOCIOEDUCAÇÃO	Cadeia de menor
AUDIÊNCIA NA VIJRJ	Julgamento
CUMPRIMENTO DE MEDIDA	Pena
PRÉDIO PROTETORA	Seguro
ALOJAMENTO	Cela
ISOLAMENTO	Tranca
SEGURO	Mancada
DELATOR	X-9
MASTURBAR EM DIA DE VISITA	Quebrar
LADRÃO QUE ROUBA LADRÃO	Quilingue
ALEMÃO	Inimigo
REVISTA	Dura
TRAVESTI	Mulherzinha
HOMOSSEXUAL	Viado

Figura: Dados da pesquisa.

Os vocábulos dispostos no quadro 2 e suas respectivas interpretações remetem à proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que orienta para o reconhecimento da existência da diversidade linguística formada pela diversidade social como elemento a ser considerado no enfrentamento contra o preconceito linguístico (BRASIL, 1998, p.33). É fato que os grupos sociais se formam em função de traços identitários, crenças, valores, aparências e língua, estes atributos operam dentro de um determinado grupo social como índices de pertencimento.

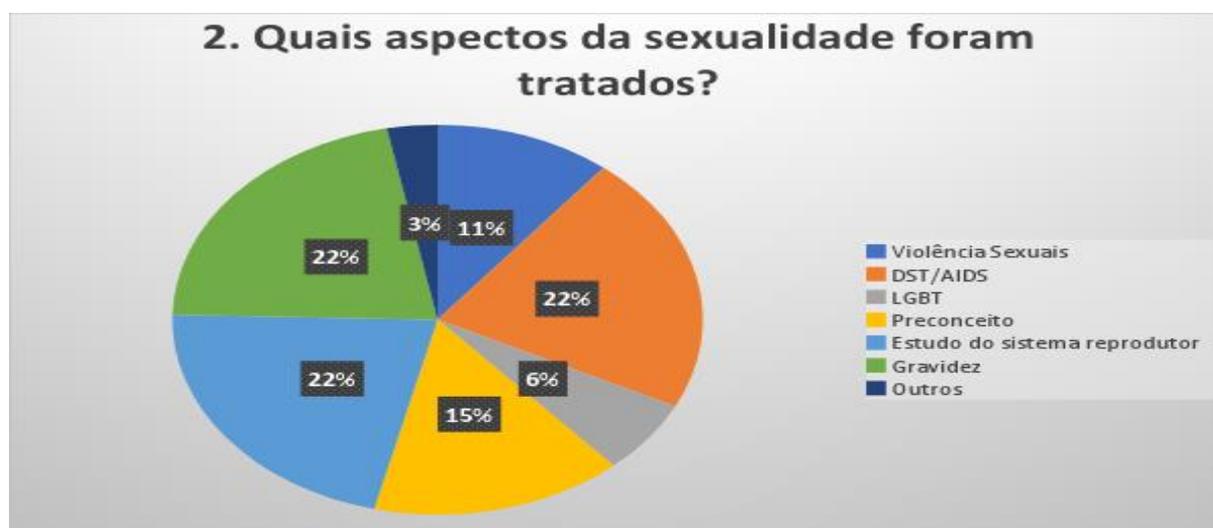
Lucchesi (2001) confirma que os estudos da sociolinguística fazem uma análise da linguagem e sua relação com questões sociais, relação essa que caracteriza as mais diversas comunidades de falantes e desmitificam a ideia de uma identidade linguística homogênea, classifica as mudanças e variações linguísticas como fenômeno cultural. Os estudos de Mikhail Bakhtin (1995) analisa a linguagem nesta perspectiva: “[...] é um produto da vida social que não é de nenhum modo congelado ou petrificado: ela está em vir a ser e, em seu desenvolvimento, ela segue a evolução social” (BAKHTIN apud SOUZA, 2002, p. 55). Segundo Travaglia (2009, p.

23), “nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)”.

Em outras palavras, na socioeducação, os adolescentes inventam as “manhas” criando uma gíria institucional própria para se comunicarem em segredo e manterem controles sociais informais – cooptação ou coerção pela força e violência, por exemplo: evitar que delatores (X-9) os entreguem à equipe dirigente. Bem como gírias como um mecanismo de resistência a um sistema que compulsoriamente os obrigou ao convívio íntimo em uma comunidade coletiva. Estas variações linguísticas revelam o apoio mútuo, a cumplicidade, o repúdio e a zombaria contra a autoridade, homossexuais ou inimigos de outras facções. Salientamos o que Welzer-Lan (2001) conceituou de “casa-dos-homens” – códigos, linguagens e gestos que contribuem para se tornar homem, trata-se de uma prática homosocial – um rito de passagem.

Vale ressaltar que o termo socioeducação tem um significado de “cadeia de menor” para os adolescentes, uma fase antecipada da “prisão de verdade”, que faz parte da trajetória do fora da lei até ser alcançada na maioridade. No contínuo navegar, as águas se tornaram mais agitadas ao engendrarem nas questões que envolveram gênero, sexualidades e masculinidades. Veja o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Temáticas desenvolvidas nos conteúdos escolares pelos socioeducadores.



Fonte: Dados da pesquisa.

A unidade B conta com 26 (vinte e seis) professores/as, dentre eles 2 (dois) ministram a matéria de Biologia, dos quais apenas 1 (um) aborda os temas relação sexual, prevenção contra ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), maternidade e paternidade. Entretanto, não contemplam os socioeducandos GBTs (Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros) que estão internados. Ao levantar alguns questionamentos em relação ao conteúdo curricular que

trata do combate à homo/transfobia, a socioeducadora informou a temática da sexualidade e os demais temas transversais que eram inseridos nas disciplinas que compõem o currículo escolar da educação básica e nas atividades cotidianas. Entretanto, outra socioeducadora salientou que “esses assuntos não são quase nunca tratados com os menores, pois a rejeição deles à proposta é grande”. Segundo relatos de professores/as, o currículo da socioeducação é bastante flexível no que tange a sua compilação, pois os/as próprios/as professores/as possuem autonomia na hora de selecionar o conteúdo que será trabalhado com os/as crianças/adolescentes/jovens.

De acordo com o gráfico acima, as temáticas elegem como norteador de conteúdos o estudo do sistema reprodutor, a gravidez e as DSTs/AIDs, visto que abarcam cerca de 22% das respostas dos participantes/socioeducadores. Preconceitos (15%) e violências sexuais (11%) são assuntos que se encontram na média do debate. E, por fim, a temática sobre LGBT (6%) não tem status na escolha dos conteúdos a serem tratados junto aos adolescentes. No gráfico apresentado, os socioeducadores, elegeram temas referentes à saúde e à biologia. Assim, restringem os conteúdos a um tratamento biologizante, como referendado nos PCNs no tema transversal “Orientação Sexual”.

A não abordagem sociocultural e histórica sobre as questões que envolvem a diversidade de gênero, das sexualidades e das masculinidades acaba por contribuir com violências e intolerâncias na sociedade. Esta constatação foi vista durante o período da realização das entrevistas quando foi exibido um fragmento da película cinematográfica brasileira, de 1980, sob o título de “Pixote, a Lei do Mais Fraco”. Para fomentar e sensibilizar, a partícula trata de uma cena de estupro em um internato masculino. A questão levantada foi sobre a opinião dos adolescentes sobre a cena, a maioria foi contrária à ação, entretanto, alguns internos afirmaram que já souberam ou presenciaram casos como o do filme. Apenas um adolescente não se expressou e se retirou, imediatamente, ao assistir parte da cena. Tal atitude nos levou a seguinte questão: qual foi o motivo do afastamento abrupto do adolescente? Infelizmente, não temos a resposta...

O SINASE contribui com o silenciamento do debate mais amplo para o direito à diversidade de gênero e sexual dos adolescentes em medidas socioeducativas, quando prevê para os internos somente a oferta da promoção da saúde com os “temas relacionados à sexualidade e direitos sexuais, prevenção contra DST’s/AIDs, uso de álcool e outras drogas, orientando o adolescentes, encaminhando-o e apoiando-o sempre que necessário para o serviço básico de atenção à saúde” (BRASIL, 2012, p. 61). No entanto, os direitos sexuais e reprodutivos são assegurados apenas na assistência à saúde (estupro, violências e doenças sexuais, etc.). As águas ficaram mais agitadas, a turbulência evidenciou dois blocos de respostas que nega ou afirma uma

mesma questão respondida pelos participantes – socioeducadores e socioeducandos. Veja o quadro a seguir:

Quadro 3 – Respostas referentes às questões 4, 9, 10,11, 12 e 13.

QUESTÕES	SOCIOEDUCANDOS			SOCIOEDUCADORE S		
	Sim	Não	Neutro	Sim	Não	Neutro
04) Você mudaria sua conduta se soubesse que seu colega é homossexual?	62%	23%	15%	94%	3%	3%
09) Já presenciou episódio de preconceito contra colegas homossexuais ou transexuais?	56%	44%	0%	47%	53%	0%
10) Você tem conhecimento de algum caso de estupro ou abuso sexual?	50%	50%	0%	52%	48%	0%
11) Você é a favor da visita íntima?	91%	9%	0%	28%	72%	0%
12) Você é a favor da distribuição de preservativo?	20%	75%	5%	48%	52%	0%
13) Você sabe o que significa “homofobia”?	67%	33%	0%	97%	3%	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Inscreveram-se no NÃO, as respostas da maioria dos socioeducadores (72%) sobre as visitas íntimas nas unidades. Os profissionais alegaram não haver possibilidades dos adolescentes as terem, devido não haver um local destinado para isso e o fato deles estarem sobre a guarda do Estado traria para o próprio Estado a responsabilidade sobre DST's, e possíveis gestações, além de parecer como “um brinde para aqueles adolescentes de condutas infratoras”. Já os adolescentes, 91%, optaram pelo SIM em relação às visitas íntimas, quase que unanimemente a aprovaram. A recente Portaria do Ministério da Saúde, nº 1.082/14, prescreve novas diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), no artigo 10, “relativas à saúde sexual e saúde reprodutiva, com foco na ampla garantia de direitos” (BRASIL, 2014). Isso se traduz na garantia do exercício da sexualidade e da relação íntima.

Quanto às respostas acerca da distribuição de preservativos nas unidades, 52% dos socioeducadores apresentaram como explicação não haver necessidade de distribuição de preservativos pelo motivo das unidades acolherem apenas adolescentes do sexo masculino. O “não” foi à tônica, também, para a maioria dos adolescentes (75%) que alegaram o mesmo.

No entanto, alguns socioeducadores relataram que sabiam de atos sexuais ou aproximações carinhosas entre os adolescentes que passaram a ser reconhecidos como “amigos” ou “casal” pelos demais companheiros. Mas esse era/é um assunto totalmente velado, proibido e passível de punição por parte dos próprios adolescentes. Cabe mencionar que entre os adolescentes é recorrente o uso de “substitutos” do preservativo, como retalhos de sacolas plásticas ou plásticos

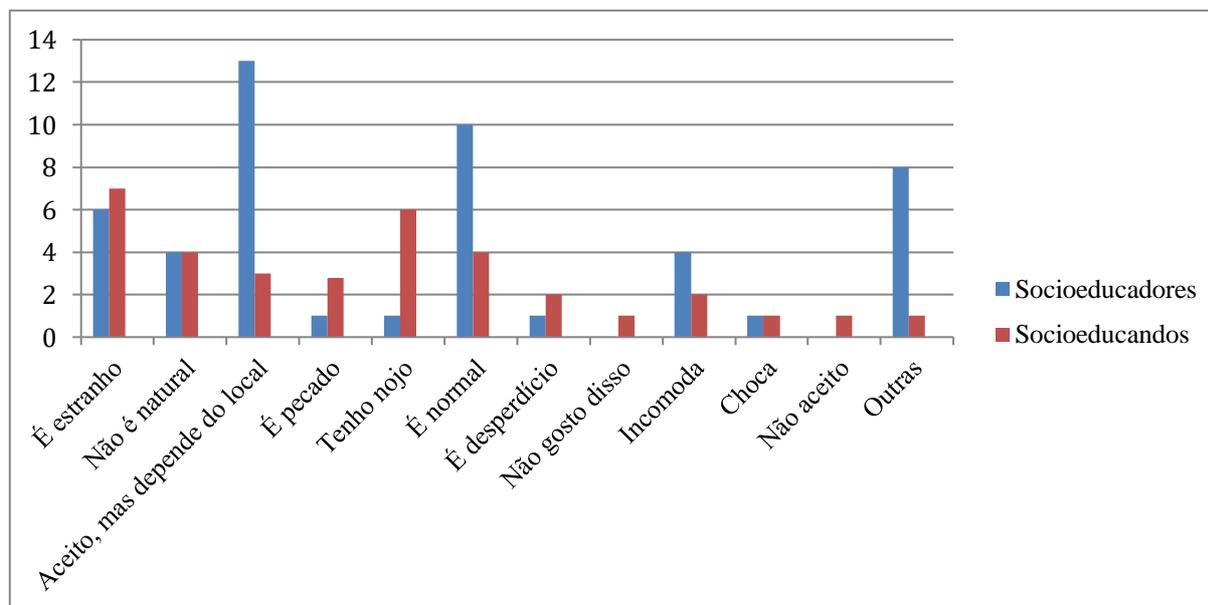
de talheres. É importante salientar que não significa que os adolescentes sejam homossexuais, pois suas relações com rapazes do mesmo sexo são consideradas possibilidades de extravasar essas necessidades fisiológicas e sociais do corpo que se potencializam com o confinamento. É imprescindível dizer que um dos maiores problemas de saúde nas unidades seja a epidemia de DSTs.

Já o “sim”, 56% dos internos e 47% dos socioeducadores afirmaram que já presenciaram episódios de preconceitos contra homossexuais ou transexuais. Quanto aos casos de estupro e/ou abusos sexuais de adolescentes homossexuais e transexuais, 50% dos socioeducandos e 52% dos socioeducadores tiveram conhecimento de ocorrências. O enfrentamento a estas questões é importante para a melhoria social, compreende-las no campo subjetivo e cultural onde a violência é construída, requer ações educativas.

Ambos participantes, socioeducadores (94%) e socioeducandos (62%) mudariam de conduta caso soubessem que seu colega é homossexual. Posicionamentos que revelaram a homofobia nas unidades e práticas socioeducacionais distantes das prescritas nas legislações educacionais e diretrizes para a educação em sexualidades e gênero para os profissionais.

Outro revelador da homofobia foi detectado durante a pesquisa nas respostas dos questionários quando na apresentação da questão sobre beijo homoafetivo, as águas agitadas se avolumaram e as turbulências imperaram...

Gráfico 2 – Opinião a respeito de uma imagem de beijo homossexual.



Fonte: Dados da Pesquisa.

As respostas dadas tanto pelos socioeducadores quanto pelos socioeducandos revela a dificuldade dos participantes da pesquisa em lidar com a diversidade sexual. Nota-se o preconceito velado na frase “Tenho nojo”, enfatizada pelos socioeducandos. Vale dizer que nas unidades A e

Os internos não aceitam o convívio em alojamentos que tenham GLTs; há a recusa de usar os mesmos talheres e copos destes adolescentes, alegando que se tem “nojo de viado” devido “a boca deles já tocou o pau de um homem”. Estas colocações realçam o preconceito, intolerância e exclusão a que são submetidos os sujeitos que têm outra orientação sexual. “Os preconceitos correspondem a fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se construir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos” (MADUREIRA; BRANCO, 2007, p. 84).

Os participantes expressaram inabilidade e preconceito à orientação sexual e/ou a identidade de gênero alicerçados na heteronormatividade imposta na sociedade ao sinalizarem as opções “é estranho”, “choca”, “incomoda”, “não aceito” e “não gosto disso”. Entretanto, as marcações nas expressões “é pecado” e “não é natural” transparecem preconceitos históricos negativos sobre o corpo e os prazeres, em particular nas sociedades ocidentais, advindos dos valores de dogmas religiosos da cultura judaico-cristã (VAINFAS, 1992).

Já a sinalização em “é desperdício” remete ao modelo de sexualidade hegemônica onde heteronormatividade é a única forma reconhecida e possível de se vivenciar e de se legitimar a sexualidade, não desconsiderando outras orientações sexuais. Pode-se traduzir no “não aproveitamento do natural” o que pode acarretar violência simbólica gerando desigualdade e discriminação, e, também, atos e ações homofóbicas (LOURO, 2008). Diante das colocações preconceituosas e ambíguas é imperativo o enfrentamento e a abertura de espaços de diálogos sobre gênero, sexualidades e masculinidades para que haja um convívio democrático e plural.

Para sensibilizar e fomentar as entrevistas foram apresentadas aos adolescentes figuras que retratavam: 1) o processo de transformação de uma personagem da novela televisiva que se descobriu mulher transexual, as opiniões foram convergentes em dizer que não achavam nada demais já que ela queria ser um homem; 2) outro personagem masculino que se travestia para estrear em shows, tal atitude foi reprovada unanimemente. Uns enfatizavam que “Mulherzinha, não! Homem é homem!” e; 3) mulheres de cabelos raspados por seus companheiros nas comunidades do Rio de Janeiro, falaram timidamente que isto não era certo, mas “elas sabem que é regra!”.

Para compreendermos tais olhares, ditos e não ditos percebemos que em relação à imagem da mulher transexual não houve repúdio, mas a imagem da travesti demonstrou o horror ao “homem invertido, que nega as características previstas por sua natureza” (UZIEL, 2002, p. 52). O vocábulo “mulherzinha” no diminutivo traduz um sentido de inferiorização da figura feminina, entendida como a mais fraca ou frágil que carece de proteção. Assim, ao negarem a identidade

travesti, eles reforçam a heterossexualidade compulsória, um homem que negou a sua masculinidade passa a pertencer, supostamente, ao lado mais fraco, o feminino.

Em relação às mulheres carecas, apesar de mencionarem que não é correto, ressaltaram que elas sabem da consequência do adultério. Raspar a cabeça é marcar o corpo da mulher como uma norma para se resgatar o respeito e a honra do macho perante a sua comunidade. Mesmo que não haja o adultério as mulheres são confiadas às mães ou familiares dos adolescentes, elas não vão a bailes e são controladas através de notícias vindas das cartas das mães ou de colegas dos internos. No entanto, a ameaça fica velada e se a mulher descumprir o trato haverá represália, mesmo que o fato venha a ser descoberto depois. Neste sentido, a honra tem que ser mantida e restaurada (BORELLI, 1999). Entretanto, aqueles que não conseguem ou transgridem ou contestam sua manutenção ou restauração são considerados traidores da corporação masculina e inferiores socialmente.

Desse modo, os adolescentes estabelecem sinais secretos, como não se masturbar em dia de visitas com o intuito de reificar o modelo de defensor da sexualidade da família. Em suma, a honra serve de dispositivo para o modelo de masculinidades, as práticas para sustentá-la têm a violência como estratégia. A violência masculina tem dois vieses: violentar para dominar ou violentar para defender a alteridade. Desse modo, a cultura do machismo elege os usos de violências para a resolução de conflitos e outras formas de domínio sobre o outro como “não levar desaforo para casa”, “não chorar”, etc. (ANZALDÚA, 1987 apud LOPES; LEITE 2013).

Em relação ao convívio entre as/os agentes socioeducativos/as e os socioeducandos depende das diferentes atribuições e performatividades de homens e mulheres que ocupam esse cargo, onde se pode transitar de relações de poder/autoridade e também de afetos. Muitos adolescentes se referem às socioeducadoras como “tias” e ressaltam que elas são boas e os tratam com carinho. No entanto, em relação ao socioeducadores, há adolescentes que não têm permissão de determinadas facções para falar com os agentes, denotando a lealdade à corporação como modelo de masculinidade exigida. Assim, neste contexto de homosociabilidade, de privação de liberdade, as ações e o corpo sofrem patrulhamento, onde a dominação e a subordinação também são performáticas, com múltiplos atravessamentos ditados pela comunidade dos machos e pelas facções.

Nesta perspectiva, Butler (2017) apresenta o gênero como questionador dos processos de construção de identidades e como performance sobre a superfície do corpo, que regulam ou desregulam a partir do discurso heterossexistas. Assim, para o corpo desviante resta a exclusão e para o corpo enquadrado à obediência restam as normas. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas, significa que as próprias noções de masculinidades são

constituídas (Butler, 2017). Neste sentido, embora o corpo adolescente no Sistema Socioeducativo esteja marcado, performado por uma masculinidade hegemônica (ALMEIDA, 2000) em um discurso da “cadeia”, existe a possibilidade de tecer outras masculinidades onde as águas agitadas possam traçar um rumo aonde à igualdade e a alteridade seja um exercício diário.

Considerações finais: águas esperanças

Historicamente, a política social de atenção à criança e ao adolescente da camada empobrecida da população brasileira é marcada pela prática do assistencialismo, do sanitarismo e da repressão como forma de paliativo diante da desordem social. Uma política moralizante que reproduz práticas repressivas e desumanas, que possibilitam as crianças e os adolescentes rumarem para a criminalidade. Somente após a Constituição Federal de 1988 este público ganha visibilidade como cidadãos de direito no Brasil e, posteriormente, em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente se estabelece princípios de proteção integral às crianças e aos adolescentes incluindo os envolvidos em ato infracional.

As unidades socioeducativas representaram um pequeno reflexo do universo social, onde se projetam as relações de dominação e preconceito, atreladas ao estereótipo construído dos gêneros, sexualidades impostas, e heteronormatividade masculina; projeções essas que se mostram principalmente através da violência normatizada na esfera das facções criminosas. É evidente que medidas que contemplem a pluralidade e diversidade se fazem necessárias diante do cenário que observamos, possibilitando o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos Direitos Humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social.

A sexualidade enquanto princípio humano, sinal proeminente da subjetividade e da existência, sob a perspectiva da construção social, só pode ser abordada de modo intensamente contínuo e expressivo. Não deve se considerar os enquadramentos históricos e culturais que abarcam proibições, tabus, preconceitos e controles religiosos – traduzidos nos posicionamentos ou relatos. Para tanto, o fortalecimento da educação sexual está na perspectiva crítica a todas as construções de forma coesa para frear o discurso excludente de outras formas subjetivas de vivenciar a sexualidade. É necessário ampliar os debates sobre de gênero, como um dispositivo de desigualdades entre o masculino e o feminino, para a construção de uma sociedade mais igualitária e humana. Como, também, os estudos das masculinidades sob a ótica das dimensões étnica, classe social, nacionalidade, geração dentre outras que permeiam a construção social da heteronormatividade. A ampliação desses estudos contribuirá para a formação da identidade e da

desconstrução da masculinidade hegemônica – é capital para o enfrentamento das desigualdades de gênero e violência apresentada na pesquisa.

Por fim, a investigação evidenciou a falta de capacitação profissional para abordar os temas gênero, sexualidades e masculinidades. E, ainda, a inabilidade em receber nas unidades adolescentes homossexuais, travestis, transexuais ou transgêneros. Diante das reflexões postas, acreditamos que as práticas pedagógicas sobre educação sexual e gênero contribuirão para a melhoria da trajetória de vida destes adolescentes em conflito com a lei. E, concomitantemente, urge a necessidade de práticas não sexistas e não homofóbicas ou transfóbicas na proposta pedagógica da instituição. O que se pode traduzir em águas dialogantes para um novo amanhã nas instituições socioeducativas.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de Si: uma ação antropológica da masculinidade*. 2.ed. Lisboa: Fim de Século, 2000.
- ALVES, José Cláudio Souza. Fórum Grita Baixada – *Relatório de Violações dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.forumgritabaixada.org.com>>. Acesso em: 08 dez. 2018.
- ANZALDÚA, Glória. Borderlands/La frontera: the new mestiza. In: LOPES, Paulo Victor Leite; LEITE, Fabiana (orgs). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: ISER, 2013, 164 p.
- BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2002.
- BENELLI, Silvio José. *O internato escolar como instituição total: violência e subjetividade. Psicologia em Estudo*, Maringá, v.2, n.7, p.19-29, 2002.
- BORELLI, Andrea. *Matei por Amor: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais*. São Paulo: Celso Bastos, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Poder Executivo]*, Brasília, DF, 06 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.
- _____. Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Poder Executivo]*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei 12.594/12, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Poder Executivo]*, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em 12 dez. 2018.

_____. Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014. Estabelece novas diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Poder Executivo]*, Brasília, DF, 26 mai. 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BUTLER, Judith. *Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. (36ª Ed.). Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

GIL, Antonio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2008.

Goffman, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. (D.M. Leite, Trad.) 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

KIMMEL, Michael. *A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas. Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde*. Porto Alegre. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117, 1998.

KUENZER, Acacia Zeneida. *As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. Educação e Sociedade*, vol.20, n.68, pp.163-183, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a09v2068.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

LUCCHESI, Dante. *As Duas Grandes Vertentes da História Sociolinguística do Brasil (1500 – 2000)*. DELTA 2001, vol. 17, n. 1, pp. 97-130. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. M. *Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 1, p. 81-90, 2007.

PAIS, José Machado. *A Construção Sociológica da Juventude – alguns atributos*. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/jos%C3%A9-machado-pais-textos-de-refer%C3%Aancia>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SILVA JR., Jonas Alves. *Rompendo a Mordaza: representações de professores do Ensino Médio sobre homossexualidade*. 2010. 300f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SOARES, Ana Maria Dantas. *A política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?* 2003. 242f. Tese (Instituto de Agronomia/CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2003.

SPINK, Peter K. *Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pósconstrucionista*. In: *Psicologia e Sociedade*, 15 (2): p. 18-42; jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UZIEL, A. P. (2002). *Família e Homossexualidade: velhas questões, novos problemas* / Campinas. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280718>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

VAINFA S, R. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres – A Nova Gestão Penal da Miséria nos Estados Unidos*. 3ª edição revista e ampliada (2007). Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L.(Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia*. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.